

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO PARÁ

REF. EDITAL N° 01/2012 - CONCURSO PÚBLICO

INSTRUÇÕES

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do fiscal.
2. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.
3. Após ser autorizado pelo fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Não esqueça de conferir se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso note alguma divergência, comunique ao fiscal imediatamente.
4. O único documento válido para a correção das provas é a Folha de Respostas, assim como a Versão Definitiva das questões discursivas, por isso tenha a máxima atenção no preenchimento da Folha de Respostas e na Transcrição de suas respostas discursivas para a Versão Definitiva.
5. Deverá ser utilizada caneta esferográfica, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas e para a transcrição da Versão Definitiva das respostas discursivas.
6. Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
7. O limite dos campos de marcação da Folha de Respostas deverá ser respeitado, não podendo esta ser dobrada, amassada ou rasurada.
8. Será atribuída nota 0 (zero), na correção da Folha de Respostas, às questões não assinaladas, que apresentarem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
9. A prova deverá ser realizada no prazo de 5h (cinco horas), incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva das questões discursivas. É importante controlar seu tempo. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
10. Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. O candidato não poderá, em hipótese alguma, levar consigo o Caderno de Questões, sendo necessário, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas e a Versão Definitiva devidamente assinadas. As provas estarão disponibilizadas no site da AACP (www.aocp.com.br), a partir da divulgação do Gabarito Oficial.
11. A retirada da sala de prova dos 03 (três) últimos candidatos só ocorrerá conjuntamente e após a conferência de todos os documentos da sala, além da assinatura do termo de fechamento.
12. Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
13. Será eliminado do concurso público o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido utilizando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessório de chapalaria tais como chapéu, boné, gorro etc. nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
14. Incurrirá, também, na eliminação do candidato, caso qualquer equipamento eletrônico venha a emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização das provas.
15. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.

ATENÇÃO

- O Caderno de Questões possui 80 (oitenta) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas numeradas sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro a seguir:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 04	Língua Portuguesa
05 a 08	Controle Externo
09 a 10	Direito Constitucional Básico
11 a 15	Direito Administrativo Básico
16 a 18	Auditoria
19 a 20	Administração Financeira e Orçamentária Básica
21 a 80	Conhecimentos Específicos
81 a 82	Discursiva (Conhecimentos Específicos)

- Será entregue, pelo fiscal, a Folha de Respostas personalizada e a Versão Definitiva, na qual deverão ser preenchidas as respostas das questões da prova objetiva e transcritas as respostas das questões discursivas, respectivamente.

-----(destaque aqui)-----



FOLHA PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS DO CANDIDATO

QUESTÃO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESP.																				
QUESTÃO	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESP.																				

QUESTÃO	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
RESP.																				
QUESTÃO	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
RESP.																				

Pobres bancos

Vladimir Safatle

1.º Quando o governo resolveu, enfim, denunciar a “lógica perversa” que guia o sistema financeiro brasileiro, era de esperar que os consultores e economistas regiamente recompensados pelos bancos aparecessem para contemporizar. Como em uma peça de teatro na qual as máscaras acabam por cair, foi isto o que ocorreu.

2.º Há algo de cômico em ver adeptos do livre mercado e da concorrência procurando argumentos para defender uma banca de oligopólio especializada em espoliar os brasileiros com “spreads” capazes de deixar qualquer banco mundial corado de vergonha.

3.º Se os bancos brasileiros estão entre os que mais lucram no Universo, é porque nunca precisaram, de fato, viver em um sistema no qual o poder estatal impediria a extorsão institucionalizada à qual ainda estamos submetidos.

4.º No mundo inteiro, o sistema bancário faz jus à frase do dramaturgo Bertolt Brecht: “O que é roubar um banco se você imaginar o que significa fundar um banco?”

5.º Nos últimos anos, vimos associações bancárias com comportamentos dignos da máfia, pois são especializadas em maquiagem de dados e balanços, criar fraudes, ajudar a evasão fiscal, operar em alto risco e passar a conta para a frente, além de corromper entes públicos.

6.º Mas a maior astúcia do vício é travestir-se de virtude. Assim, o sistema financeiro criou a palavra “austeridade” a fim de designar o processo de assalto dos recursos públicos para pagamento de rombos bancários e “stock-options” de executivos criminosos, com a consequente descapitalização dos países mais frágeis.

7.º Se não tivemos algo da mesma intensidade no Brasil, vemos agora um processo semelhante do ponto de vista retórico. Assim, os “spreads” bancários seriam o resultado indigesto do risco alto de inadimplência, já que a população brasileira teria o hábito pouco salutar de não pagar suas dívidas e se deixar endividar além da conta.

8.º Neste sentido, os lucros bancários seriam (vejam só vocês) o remédio amargo, porém necessário, até que a população brasileira aprenda a viver com o que tem e assuma gastos de maneira responsável. O mais impressionante é encontrar pessoas que se acham capazes de nos fazer acreditar nessa piada de mau gosto.

9.º A verdade é que quanto menos poder e margem de manobra o sistema financeiro tiver, melhor é a sociedade. Há sempre aqueles “consultores” que dirão: “É fácil falar mal dos bancos”, apresentando o espantinho do populismo. A estas pessoas devemos dizer: “Sim, é fácil. Ainda mais quando não se está na folha de pagamento de um”. Já sobre o “risco” do populismo, pobres são aqueles para os quais a defesa dos interesses econômicos da população sempre é sinal de irracionalidade.

Folha de S.Paulo, 08 de maio de 2012.

QUESTÃO 01

‘O autor utiliza a expressão “lógica perversa” (parágrafo 1.º) para

- (A) manifestar sua inconformada reação em relação à vergonhosa política econômica adotada pelo sistema financeiro brasileiro, que nos envergonha no exterior.
- (B) denunciar a forma sensacionalista com que os consultores e economistas regiamente recompensados pelos bancos contemporizam as políticas bancárias.

- (C) criticar a forma condescendente com que o governo brasileiro permite que os bancos adotem medidas drásticas para conter a inadimplência da população brasileira.
- (D) cotejar a forma como os diversos sistemas financeiros mundiais concebem o sistema bancário e o modo como o Brasil age frente aos altos juros bancários cobrados.
- (E) caracterizar a forma mascarada com que o sistema financeiro brasileiro justifica seu modo de agir para conter a inadimplência da população brasileira.

QUESTÃO 02

A partir da reescrita livre de porções retiradas do texto, assinale os fragmentos que NÃO representam, respectivamente, uma causa (1) e seu efeito (2).

- (A) (1) As associações bancárias têm comportamentos dignos da máfia. (2) Elas são especializadas em maquiagem de dados e balanços, criar fraudes e ajudar a evasão fiscal.
- (B) (1) A população brasileira tem o hábito de não pagar suas dívidas. (2) Os ‘spreads’ bancários são o resultado do risco alto de inadimplência.
- (C) (1) Os lucros bancários são a solução necessária para os inadimplentes. (2) A população brasileira aprenderá a conviver com o que tem e assumirá gastos responsáveis.
- (D) (1) O governo denunciou a “lógica perversa” que guia o sistema financeiro brasileiro. (2) Consultores e economistas contemporizaram essa atitude.
- (E) (1) O sistema financeiro utilizou recursos públicos para pagamento de rombos bancários. (2) Os países mais frágeis descapitalizaram.

QUESTÃO 03

A partir da livre reescrita dos fragmentos abaixo, assinale a alternativa que apresenta a correta e clara redação.

- (A) Os brasileiros ainda estão subjugados a extorsão praticada pelas instituições financeiras.
- (B) A defesa dos interesses econômicos da população é sinal de irracionalidade pelos pobres.
- (C) Apesar do brasileiro não ter máfia nos bancos, há semelhança do ponto de vista retórico.
- (D) A população brasileira assume dívidas bancárias com as quais não sabe lidar muito bem.
- (E) O livre mercado cujos adeptos são admiradores defendem a atitude adotada pelos bancos.

QUESTÃO 04

Em “É fácil falar mal dos bancos”, a oração em destaque funciona como

- (A) adjunto adnominal.
- (B) adjunto adverbial.
- (C) predicativo.
- (D) sujeito.
- (E) objeto direto.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 05

O Tribunal de Contas da União tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, sendo integrado por

- (A) oito Ministros.
- (B) oito Ministros e dois Secretários.
- (C) nove Ministros.
- (D) nove Ministros e dois Secretários.
- (E) sete Ministros.

QUESTÃO 06

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

- I. mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- II. idoneidade moral e reputação ilibada.
- III. notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- IV. mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 07

Analisar as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Constituição Estadual, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, com auxílio dos respectivos órgãos de auditoria, sistema de controle interno com a finalidade de

- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- IV. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I e II.

- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 08

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. A Tomada de Contas Especial é o procedimento adotado pela autoridade administrativa do órgão jurisdicionado para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis quando verificada

- I. omissão no dever de prestar contas.
- II. ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
- III. a comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado mediante contrato, convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- IV. prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário Estadual.

- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL BÁSICO

QUESTÃO 09

Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) desapropriação.
- (B) custas dos serviços forenses.
- (C) produção e consumo.
- (D) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (E) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

QUESTÃO 10

O servidor público será aposentado compulsoriamente aos

- (A) cinquenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (B) sessenta anos de idade, com proventos integrais ao tempo de contribuição.
- (C) sessenta e cinco anos de idade, com proventos integrais ao tempo de contribuição.
- (D) setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (E) setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

DIREITO ADMINISTRATIVO BÁSICO

QUESTÃO 11

O princípio da eficiência previsto na Constituição Federal traduz a ideia de uma administração

- (A) moderna.
- (B) gerencial.
- (C) razoável.
- (D) gerencial.
- (E) legal.

QUESTÃO 12

A respeito dos atos administrativos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Ato extintivo é aquele que põe fim a situações individuais existentes.
- II. Ato declaratório é aquele que declara uma situação pré-existente, visando preservar o direito do administrado.
- III. Ato alienativo é aquele que tem por fim alterar situações pré-existentes sem provocar a sua supressão.
- IV. Ato modificativo é aquele que tem por fim transferir bens e direitos de um titular a outro.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei Estadual n. 5.810/94, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A aprovação em concurso público gera o direito à nomeação, respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados.
- II. Terá preferência para a ordem de classificação o candidato já pertencente ao serviço público estadual e, persistindo a igualdade, aquele que contar com maior tempo de serviço público ao Estado.
- III. Se ocorrer empate de candidatos não pertencentes ao serviço público do Estado, decidir-se-á em favor do mais idoso.
- IV. O Edital do concurso disciplinará os requisitos para a inscrição, o processo de realização, os critérios de classificação, o número de vagas, os recursos e a homologação.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 14

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei de Licitações (Lei Federal n. 8666/93), é dispensável a licitação

- I. nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- II. na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à

recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

- III. para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.
- IV. para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 15

A respeito da Lei Estadual n. 6474/2002, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Para aquisição de bens e serviços comuns, o Estado poderá adotar, preferencialmente, licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
- II. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetiva e concisamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- III. Subordinam-se ao regime desta Lei os órgãos da administração direta dos Poderes, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado.
- IV. Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, promovida no âmbito do Estado, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas de preços escritas e lances verbais em sessão pública.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II, III e IV.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

AUDITORIA

QUESTÃO 16

No que se refere à avaliação dos controles internos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas coordenados, adotados numa empresa para proteger seus ativos, para verificar a exatidão operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.
- II. A delimitação dos controles internos consiste em dois grupos: controles contábeis e controles patrimoniais.
- III. Existem apenas dois elementos de controle: 1) plano de organização; 2) sistemas de autorização e procedimentos de registro.
- IV. Os controles internos contábeis são aqueles relacionados com a proteção dos ativos e a validade dos registros contábeis.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas I e III.
(E) Apenas I e IV.

QUESTÃO 17

Sobre os Papéis de Trabalho do auditor, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Arquivo de auditoria compreende uma ou mais pastas armazenadas em forma física que contém os registros que constituem a documentação de trabalho específico.
- II. Todos os papéis de trabalho devem conter as seguintes informações básicas: referência do papel de trabalho; título da cédula e data.
- III. Os papéis de trabalho são geralmente padronizados para facilitar seu uso e são classificados em cédulas mestras e cédulas analíticas ou de suporte.
- IV. Todos os papéis de trabalho devem ser identificados por uma letra e um número. A letra indica a ordem sequencial e o número indica a seção a que o papel pertence.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III e IV.
(D) Apenas III.
(E) Apenas I e IV.

QUESTÃO 18

Cabe ao auditor aplicar os procedimentos de auditoria adequados a cada caso, na extensão e profundidade necessárias até que se obtenham as provas materiais ou informações satisfatórias e comprobatórias dos fatos investigados. Para tanto, é INCORRETO afirmar que

- (A) na ausência de comprovante idôneo, auxiliam na determinação da validade dos registros contábeis, sua objetividade, sua tempestividade e sua correlação com outros registros contábeis ou extracontábeis.
- (B) o simples registro contábil sem outras comprovações constitui elemento comprobatório.
- (C) a correlação para ser aceitável deve ser legítima e relevante.
- (D) quando o ativo envolvido for de expressivo valor material, em relação à posição patrimonial e financeira e o resultado das operações, as contas a receber podem ser confirmadas através de comunicação direta com os devedores e, da mesma forma, o levantamento físico de inventário deve ser observado pelo auditor.
- (E) como regra geral, existe relação entre custo da obtenção de uma comprovação e seu benefício para o exame. No entanto, a dificuldade ou o custo não constituem razões suficientes para sua dispensa, quando o auditor a julgar necessária.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA BÁSICA

QUESTÃO 19

Com a finalidade de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, existem os princípios orçamentários. A seguir são apresentadas as características de alguns destes princípios e solicita-se que seja assinalada a alternativa que enuncia os princípios na ordem em que são apresentadas as características.

1. Todas as receitas previstas e despesas previstas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada nível federativo.
2. O exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA.
3. A LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
4. O registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
5. A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

- (A) Unidade; universalidade; anualidade; exclusividade e orçamento bruto.
(B) Universalidade; exclusividade; orçamento bruto; anualidade e periodicidade.
(C) Unidade; periodicidade; universalidade; exclusividade e orçamento bruto.
(D) Universalidade; anualidade; totalidade; unidade; exclusividade.
(E) Unidade; anualidade; universalidade; exclusividade e totalidade.

QUESTÃO 20

De acordo com o artigo 169 da Constituição Federal de 1988, as despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Assinale a alternativa que apresenta as providências que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão para o cumprimento destes limites durante o prazo fixado na lei complementar.

- (A) Redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.
- (B) Incluir na lei que institui o plano plurianual, as diretrizes básicas e o orçamento anual dispositivo que autorize ultrapassar os limites em até vinte por cento e exoneração dos servidores não estáveis.
- (C) Redução em até vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e não contratação de servidores não estáveis.
- (D) Incluir na lei que institui o plano plurianual, as diretrizes básicas e o orçamento anual dispositivo que autorize a contratação de servidores não estáveis em até vinte por cento acima do quadro de servidores estáveis.
- (E) Os limites não são estabelecidos em lei complementar, mas na lei que institui o plano plurianual, as diretrizes básicas e o orçamento anual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. É vedado a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- II. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- III. É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- IV. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo necessária autorização da autoridade competente.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 22

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial,

exigindo-se apenas o julgamento em primeira instância.

- II. Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- IV. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 23

De acordo com a Constituição Federal, são direitos sociais, EXCETO

- (A) a educação.
- (B) a alimentação.
- (C) seguro desemprego.
- (D) a moradia.
- (E) o lazer.

QUESTÃO 24

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- I. relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- II. fundo de garantia do tempo de serviço.
- III. irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- IV. assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 25

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante

- I. Plebiscito.
- II. Referendo.
- III. Iniciativa Popular.
- IV. Audiência Pública.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- I. os maiores de dezoito anos.
- II. os analfabetos.
- III. os maiores de setenta anos.
- IV. os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 27

De acordo com a Constituição Federal, uma das condições de elegibilidade é a idade mínima. A idade mínima para concorrer ao cargo de Governador de Estado é de

- (A) trinta e cinco anos.
- (B) trinta anos.
- (C) vinte anos.
- (D) vinte e um anos.
- (E) dezoito anos.

QUESTÃO 28

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- II. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

III. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

IV. O militar alistável para ser elegível, se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- (B) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime afiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de quarenta e oito horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- (D) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
- (E) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

QUESTÃO 30

Analisar as assertivas e assinalar a alternativa que aponta as corretas. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,

- I. nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- II. os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- III. a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- IV. nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas II, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 31

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, analisar as assertivas e assinalar a alternativa que aponta as corretas.

- I. Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- II. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- III. No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- IV. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I e II.

- (D) Apenas II, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, EXCETO

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- (B) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (C) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de Mercado.
- (D) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

QUESTÃO 33

Analisar as assertivas e assinalar a alternativa que aponta a(s) correta(s). Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

- I. negar publicidade aos atos oficiais.
- II. frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- III. frustrar a licitude de concurso público.
- IV. deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- II. A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
- III. A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- IV. Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 35

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O princípio da legalidade representa a consagração da ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida conforme a lei, sendo a atividade administrativa, por conseguinte, sublegal ou infralegal, devendo restringir-se à expedição de comandos que assegurem a execução da lei.
- II. O princípio da moralidade torna jurídica a exigência de atuação ética dos agentes da Administração Pública.
- III. O princípio da eficiência retrata que toda atuação da Administração deve visar ao interesse público e a satisfação do interesse público.
- IV. O princípio da finalidade retrata que todo agente público deve realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas I, III e IV.

- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 36

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). A condenação criminal do servidor público, transitada em julgado, implica interferência nas esferas administrativa e civil, nas seguintes hipóteses:

- I. negativa de autoria.
- II. inexistência do fato.
- III. insuficiência de provas.
- IV. ausência de culpabilidade penal.

- (A) Apenas II e III.
(B) Apenas III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 37

A causa de extinção da concessão, na hipótese de interesse público superveniente à concessão tornar mais conveniente a prestação do serviço pelo próprio Poder Público, diretamente, denomina-se

- (A) reversão.
(B) encampação.
(C) caducidade.
(D) rescisão.
(E) anulação.

QUESTÃO 38

Os bens que visam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral denominam-se

- (A) uso comum do povo.
(B) uso restrito.
(C) uso especial.
(D) dominicais.
(E) extrapatrimoniais.

QUESTÃO 39

É dispensável a licitação, EXCETO

- (A) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- (B) na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- (C) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- (D) para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
- (E) na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

QUESTÃO 40

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s). De acordo com a Lei de Licitações, constituem motivos para a rescisão do contrato

- I. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- II. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- III. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

IV. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 41

De acordo com o Código Civil, pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado

- (A) até dois anos após o término da guerra.
- (B) até três anos após o término da guerra.
- (C) até cinco anos após o término da guerra.
- (D) até dois anos após o início da guerra.
- (E) até cinco anos após o início da guerra.

QUESTÃO 42

De acordo com o Código Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- II. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- III. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- IV. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

- (A) Apenas II e III.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 43

A respeito do domicílio na forma disposta no Código Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- II. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
- III. O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado somente no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- IV. Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

- (A) Apenas II e IV.
(B) Apenas III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 44

De acordo com o Código Civil, quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre

- (A) estado de necessidade.
(B) legítima defesa.
(C) lesão.
(D) estado de perigo.
(E) coação.

QUESTÃO 45

A respeito da prescrição na forma disposta no Código Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- II. A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- III. A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão

quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

- IV. A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

- (A) Apenas II e IV.
(B) Apenas I, II e III.
(C) Apenas II e III
(D) Apenas III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 46

De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não aplica-se aos fatos anteriores.
- III. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- IV. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

- (A) Apenas II e IV.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e III
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 47

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código Penal, não há crime quando o agente pratica o fato

- I. em estado de necessidade.
- II. em legítima defesa.
- III. em estrito cumprimento de dever legal.
- IV. no exercício regular de direito.

- (A) Apenas II e IV.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e III
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 48

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- (C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até dois terços, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

QUESTÃO 49

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, configura o crime de

- (A) supressão de documento.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) falso reconhecimento.
- (D) falsificação de documento particular.
- (E) falsificação de sinal público.

QUESTÃO 50

De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, configura o crime de corrupção passiva.
- II. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, configura o crime de peculato.
- III. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configure o crime de prevaricação.
- IV. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de concussão.

- (A) Apenas III e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 51

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

- I. exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- II. instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- III. cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado; no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- IV. utilizar tributo com efeito de confisco.

- (A) Apenas III e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 52

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre

- I. transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- II. serviços de qualquer natureza.
- III. operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- IV. propriedade de veículos automotores.

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 53

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- I. impostos.
- II. taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- III. contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- IV. empréstimos compulsórios.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas I, II e III
(D) Apenas II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa que descreve um imposto de competência dos Estados.

- (A) Importação de produtos estrangeiros.
(B) Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
(C) Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
(D) Produtos industrializados.
(E) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

QUESTÃO 55

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- II. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- III. A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- IV. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas I, II e III

- (D) Apenas II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 56

De acordo com o Código Tributário Nacional, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A obrigação tributária é principal ou acessória.
- II. A obrigação assessorial surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- III. A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- IV. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

- (A) Apenas I, III e IV.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, II e III
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 57

De acordo com o Código Tributário Nacional, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato

- I. integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- II. subsidiariamente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- III. integralmente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- IV. subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 58

Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, EXCETO

- (A) moratória.
(B) pagamento.
(C) o depósito do seu montante integral.
(D) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
(E) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

QUESTÃO 59

O direito de pleitear a restituição do pagamento indevido, contados da data da extinção do crédito tributário, extingue-se com o decurso do prazo de

- (A) 1 (um) ano.
(B) 2 (dois) anos.
(C) 3 (três) anos.
(D) 5 (cinco) anos.
(E) 10 (dez) anos.

QUESTÃO 60

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. A prescrição para a cobrança do crédito tributário se interrompe

- I. pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- II. pelo protesto judicial.

III. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

IV. por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 61

Assinale a alternativa correta. De acordo com a Lei 4.320/64, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- (A) unidade, universalidade e anualidade.
(B) impessoalidade, anualidade, anterioridade.
(C) unidade, anualidade, anterioridade.
(D) impessoalidade, universalidade e anualidade.
(E) anterioridade, universalidade e anualidade.

QUESTÃO 62

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei 4.320/64, integrarão a Lei de Orçamento:

- I. Sumário Geral da Receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- II. Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.
- III. Quadro Discriminativo da Receita por fontes e respectiva legislação.
- IV. Quadro das Dotações por órgãos do Governo e da Administração.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 63

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- II. São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- III. São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- IV. O *superávit* do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constituirá item de receita orçamentária.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 64

De acordo com a Lei 4.320/64, a despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas, EXCETO

- (A) Despesas de Custeio.
(B) Transferências Correntes.
(C) Investimentos.
(D) Aplicações Financeiras.
(E) Transferências de Capital.

QUESTÃO 65

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- II. Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- III. Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como: subvenções sociais, as que se destinem a

instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa e subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

- IV. Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 66

De acordo com a Lei 4.320/64, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O exercício financeiro não coincidirá com o ano civil.
- II. Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- III. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
- IV. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II, III e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 67

O crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas denomina-se

- (A) dívida consolidada.
(B) dívida corrente.
(C) dívida ativa tributária.
(D) dívida ativa não tributária.
(E) dívida não corrente.

QUESTÃO 68

De acordo com a Lei 4.320/64, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Os créditos adicionais classificam-se em

- I. suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- II. especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- III. extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- IV. imprevistos, os destinados a desastres e demais acontecimentos não previstos.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II, III e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 69

A respeito dos precatórios, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
- (B) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (C) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.
- (D) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Supremo Tribunal Federal.
- (E) A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

QUESTÃO 70

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. É permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
- II. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a

representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

- III. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- IV. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

- (A) Apenas I, II e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II, III e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 71

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- II. O refinanciamento da dívida pública constará conjuntamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- III. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- IV. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, III e IV.
(D) Apenas I e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 72

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a

- (A) seis meses.
(B) um ano.
(C) um exercício.
(D) dois exercícios.
(E) três exercícios.

QUESTÃO 73

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, no âmbito dos Estados, em cada período de apuração, não poderá exceder ao seguinte percentual da receita corrente líquida:

- (A) 50% (cinquenta por cento).
- (B) 60% (sessenta por cento).
- (C) 70% (setenta por cento).
- (D) 40% (quarenta por cento).
- (E) 30% (trinta por cento).

QUESTÃO 74

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- II. Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.
- III. Na concessão de crédito por ente da Federação à pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- IV. Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Dívida pública consolidada ou fundada é montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a vinte e quatro meses.
- (B) Dívida pública mobiliária é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- (C) Operação de crédito é compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento

mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

- (D) Concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (E) Refinanciamento da dívida mobiliária é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

QUESTÃO 76

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos

- (A) à moradia, à previdência e à assistência social.
- (B) à saúde, à previdência e à assistência social.
- (C) à saúde, à alimentação e à assistência social.
- (D) à saúde, à previdência e ao lazer.
- (E) à moradia, ao lazer e à alimentação.

QUESTÃO 77

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I. universalidade da cobertura e do atendimento.
- II. uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- III. seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- IV. redutibilidade do valor dos benefícios.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 78

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- II. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- III. O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
- IV. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II, III e IV.
(D) Apenas I, II e IV.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 79

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 39/2002, o Regime de Previdência instituído por esta Lei compreende os seguintes benefícios para o segurado:

- I. aposentadoria por invalidez permanente.
- II. aposentadoria compulsória por implemento de idade.
- III. aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e por idade.
- IV. pensão por morte.

- (A) Apenas I e III.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas II, III e IV.
(D) Apenas I, II e III.
(E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 80

São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Estadual instituído pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, EXCETO

- (A) os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Estado, do Poder Executivo, incluindo suas autarquias e fundações, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.

- (B) os Membros do Ministério Público Estadual; os Membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, os Membros da Magistratura e os Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.
- (C) o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, ou função temporária ou de emprego público.
- (D) os aposentados do Estado.
- (E) os militares ativos, da reserva remunerada e os reformados.



1. A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:
 - a) o atendimento ao tema proposto na questão;
 - b) a clareza de argumentação/senso crítico;
 - c) a seletividade de informação;
 - d) a criatividade/originalidade;
 - e) a utilização da norma padrão da Língua Portuguesa;

2. O profissional terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) caso:
 - a) não atenda ao conteúdo avaliado e ao tema proposto, manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não determinado pelo Edital de Abertura.
 - b) apresente acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - c) redija seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - d) não apresente as questões redigidas na VERSÃO DEFINITIVA ou entregar em branco;
 - e) apresente identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos);
 - f) apresente sua resposta com extensão inferior a 10 (dez) linhas.

3. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de 15 (quinze) linhas para a elaboração da sua resposta.

QUESTÃO 31

Conceitue Renúncia de Receita e descreva as condições exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal para as situações de renúncia?

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

QUESTÃO 32

Conceitue Taxa e Preço Público e estabeleça as suas diferenças?

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____